



# *Câmara Municipal de Marília*

## *Estado de São Paulo*

### **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO**

**Lei Federal nº 14.133/2021**

**Licitação NÃO Exclusiva**

#### **I - PREÂMBULO**

Danilo Augusto Bigeschi, Presidente da Câmara Municipal de Marília, usando a competência delegada no Ato da Mesa nº 16/2023, torna público o pregão eletrônico, com critério de julgamento menor preço, visando a contratação de empresa especializada para fornecimento, gerenciamento e operacionalização de tags de pedágio, destinadas aos veículos oficiais da Câmara Municipal de Marília, conforme descrito no Anexo II (Termo de Referência), que será regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentada pelo [Ato da Mesa nº 16/2023](#) – com as alterações promovidas pelo [Ato da Mesa nº 2/2026](#), bem como pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. A sessão será conduzida pelo Pregoeiro Mateus Parpineli e Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe. Na ausência do pregoeiro designado a sessão deverá ser conduzida pela pregoeira Ilka de Nadae.

#### **II - DADOS DO PROCESSO**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para fornecimento, gerenciamento e operacionalização de tags de pedágio, destinadas aos veículos oficiais da Câmara Municipal de Marília

**Processo nº:** 22/2026

**Edital nº:** 6/2026

**Pregão Eletrônico nº:** 6/2026

**Plataforma:** [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)

**UASG:** 928845 – Câmara Municipal de Marília

**Autorização para abertura nº:** 6/2026

**Lei Regulamentadora:** Lei Federal nº 14.133/2021 c/c

Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

**Regulamentação do órgão:** Ato da Mesa nº 16/2023 com alterações posteriores

**Realização:** 19/06/2026 a partir das 9h (horário de Brasília)

**Critério de Julgamento:** Menor preço por Grupo

**Modo de Disputa:** Aberto

**E-mail do Pregoeiro:** [mateus@camar.sp.gov.br](mailto:mateus@camar.sp.gov.br)

#### **III - PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP/EQUIPARADAS**

- a) Trata-se de licitação **NÃO EXCLUSIVA** para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, **nos termos do** art. 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

#### **IV - DO OBJETO**

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento, gerenciamento e operacionalização de tags de pedágio, destinadas aos veículos oficiais da Câmara Municipal de Marília, conforme descrito no Anexo II (Termo de Referência), parte integrante deste edital.

#### **V - PARTICIPAÇÃO**

**ART. 14 e SS.**

- a) Poderão participar do certame todos os **INTERESSADOS DO RAMO DE ATIVIDADE PERTINENTE** ao objeto da contratação que estiverem ou não previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal



# *Câmara Municipal de Marília*

## *Estado de São Paulo*

(www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

- b) É **VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO** do objeto deste edital, nos termos do § 2º do art. 122 da Lei nº 14.133, de 2021, c/c art. 40 do Ato da Mesa nº 16/2023.
- c) O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, **assume como firmes e verdadeiras** suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- d) **Não poderá participar desta licitação:**
- I. Pessoa física ou jurídica que se encontra **impossibilitada** de participar da licitação em **decorrência de sanção** que lhe foi imposta;
  - II. Agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam **configurar conflito de interesses** no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;
  - III. Empresa que esteja cumprindo **suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Marília/SP;
  - IV. Empresa que tenha sido **declarada inidônea** para licitar ou contratar com a Administração Pública;
  - V. Licitantes que sejam controladores, coligados ou subsidiários entre si;
  - VI. Aquele que mantenha **vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante** ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **VI - DAS CONDIÇÕES DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

### **ART. 55 E SS**

- a) Ao cadastrar a proposta inicial, o licitante **DECLARARÁ**, em campo próprio do sistema, que fica ciente que:
- b) Está ciente e **concorda com as condições contidas no edital** e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo.
- c) Os licitantes encaminharão, exclusivamente **por meio do sistema eletrônico**, a proposta com o preço.



# *Câmara Municipal de Marília*

## *Estado de São Paulo*

- d) Serão disponibilizados para **acesso público** os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- e) Caberá ao licitante interessado em participar da licitação **acompanhar as operações no sistema eletrônico** durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo pregoeiro ou de sua desconexão.

### **VII - DO CONTEÚDO DA PROPOSTA**

- a) **NO CAMPO “VALOR UNITÁRIO” REFERENTE AO ITEM 1, A PROPOSTA DEVERÁ SER CADASTRADA COM O VALOR CORRESPONDENTE A 1 (UMA) MENSALIDADE DA TAG DE PEDÁGIO.**
- b) **O ITEM 2, REFERENTE AO PAGAMENTO DE TARIFAS DE PEDÁGIO, DEVERÁ SER MANTIDO PELO VALOR FIXO ESTIMADO DE R\$ 18.600,00, NÃO SENDO OBJETO DE DISPUTA DE PREÇOS, POR SE TRATAR DE ESTIMATIVA DESTINADA EXCLUSIVAMENTE AO PAGAMENTO DAS PASSAGENS DE PEDÁGIO.**
- c) **A proposta de preço deverá ser enviada, no sistema eletrônico, e conter os seguintes elementos:**
  - I. Nome, endereço, telefone, CNPJ e inscrição estadual;
  - II. Número do Edital e do Pregão;
  - III. Descrição do objeto da presente licitação, com a indicação da marca do produto cotado, em conformidade com as especificações do **Anexo II** deste Edital;
  - IV. Preço mensal e anual, irrevogável, durante a vigência inicial do contrato;
  - V. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;
  - VI. Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias;
  - VII. Prazos em conformidade com as especificações do **Anexo II** deste Edital.
- d) A apresentação das propostas implica **obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas**, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência.
- e) Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.
- f) No curso da sessão pública, sempre que o Pregoeiro entender necessário solicitar esclarecimentos acerca da proposta apresentada, de sua conformidade com as exigências deste Edital ou de qualquer outro aspecto relevante ao certame, a comunicação será realizada por meio do chat do sistema eletrônico. Para resposta, será concedido ao licitante prazo não inferior a 10 (dez) minutos, contado a partir do registro da solicitação. O prazo poderá ser prorrogado, a critério do Pregoeiro, mediante solicitação justificada do licitante. A ausência de manifestação no prazo concedido, ou a apresentação de esclarecimentos insuficientes para sanar a dúvida levantada, poderá acarretar a **desclassificação da proposta**.



# *Câmara Municipal de Marília*

## *Estado de São Paulo*

- g) No final do julgamento a licitante vencedora deverá encaminhar no prazo de até 2 horas a proposta com os valores atualizados, bem como os documentos de habilitação que não constem atualizados no SICAF.
- h) Dentro da proposta atualizada, deverá haver a indicação do Nome, RG e CPF do Representante Legal da empresa, bem como da testemunha, para a assinatura de contrato.
- i) O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

### **VIII - DA ABERTURA DA SESSÃO**

- a) A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de **sistema eletrônico**, até a data, horário e plataformas indicados neste Edital.
- b) Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- c) O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- d) O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

### **IX - FORMULAÇÃO DE LANCES PÚBLICOS E SUCESSIVOS**

- a) Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances públicos exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- b) O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
- c) Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- d) O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **1%** (um por cento).
- e) O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- f) A etapa de lances da sessão pública terá **duração de dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos **últimos dois minutos** do período de duração da sessão pública.



# *Câmara Municipal de Marília*

## *Estado de São Paulo*

- g) A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- h) Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- i) No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- j) Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- k) Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
  - I. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
  - II. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento (artigo 23 do ato da Mesa nº 16/2023).
- l) Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o **pregoeiro negociará condições mais vantajosas**, após definido o resultado do julgamento. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, conforme o caso.

### **X - DA FASE DE JULGAMENTO**

#### **ART. 59 E SS**

- a) Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 especialmente quanto à existência de **sanção** que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao sítio [www.esancoes.sp.gov.br](http://www.esancoes.sp.gov.br).
- b) A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- c) Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- d) **Será desclassificada a proposta vencedora que:**
  - I. Contiver **vícios insanáveis**;
  - II. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Edital e Termo de Referência;
  - III. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - IV. Apresentar **desconformidade** com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.



# *Câmara Municipal de Marília*

## *Estado de São Paulo*

- e) Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas **diligências**, para que a empresa comprove a executabilidade da proposta.
- f) Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- g) O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

### **XI - DA FASE DE HABILITAÇÃO**

#### **ART. 62 A 70**

- a) A habilitação será verificada por meio do **SICAF**, nos documentos por ele abrangidos, ou por envio da documentação pelo sistema COMPRASNET, visando que todos os licitantes tenham acesso aos documentos.
- b) **Os documentos necessários e suficientes para a habilitação são os que seguem:**
  - I. **Estatuto ou Contrato Social** devidamente registrado na Junta Comercial;
  - II. Prova de inscrição no **CNPJ** do Ministério da Fazenda;
  - III. Certidão de regularidade de débito para com o **FGTS**;
  - IV. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas **CNDT**;
  - V. Certidão de regularidade de perante a **Fazenda Nacional, abrangendo inclusive os débitos previdenciários**; ou se for caso, a CND de **INSS**;
  - VI. Certidão de regularidade de débito para com a **Fazenda Estadual**;
  - VII. Certidão de regularidade de débito para com a **Fazenda Municipal, mobiliário**;
  - VIII. Declaração via sistema de que não possui em seu quadro de funcionários **menores de dezoito anos** submetidos a trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e que não possui em seu quadro, menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos;
  - IX. Declaração via sistema assegurando a **inexistência de impedimento legal** para licitar ou contratar com a Administração.
- c) A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- d) Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no **SICAF** serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **NO MÁXIMO, DUAS HORAS**.
- e) Os documentos exigidos para fins de habilitação **poderão ser substituídos** por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- f) Na análise dos documentos de habilitação, o **pregoeiro poderá sanar erros** ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- g) O Pregoeiro poderá realizar a atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.





# *Câmara Municipal de Marília*

## *Estado de São Paulo*

- h) Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

## **XII - DOS RECURSOS**

### **ART. 165 E SS.**

- a) A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- b) Quanto a intenção de interpor recurso, o registro no sistema deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) minutos contados do julgamento das propostas, ou 10 (dez) minutos contados do ato de habilitação ou inabilitação.
- c) **O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- d) Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- I. deverá manifestada, imediatamente, sua intenção de interpor recursos sob pena de preclusão;
  - II. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
  - III. os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- e) O recurso de que trata o inciso I do artigo 165 será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- f) Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- g) O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- h) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- i) O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- j) Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: [www.camar.sp.gov.br](http://www.camar.sp.gov.br).

## **XIII - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

- a) A sessão pública poderá ser reaberta:
- I. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja



# *Câmara Municipal de Marília*

## *Estado de São Paulo*

anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

II. Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o Contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente ou ainda, não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

b) Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

c) A convocação se dará por meio do chat do sistema eletrônico.

### **XIV - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

a) A contratada deverá fornecer as tags de pedágio à Câmara Municipal de Marília, na Avenida Bandeirantes, nº 25, Marília/SP, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato.

b) O fornecimento inicial das tags poderá ocorrer em quantidade inferior ao total estimado, conforme a necessidade imediata da Câmara Municipal de Marília, permanecendo a contratada obrigada a fornecer novas tags sempre que solicitado pela Administração, também no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

c) A contratada deverá providenciar a ativação das tags e a vinculação de cada dispositivo ao respectivo veículo oficial indicado pela Câmara Municipal de Marília.

d) A contratada deverá prestar as orientações necessárias para a correta instalação e utilização das tags, de modo a evitar falhas de leitura, bloqueios, cobranças indevidas ou dificuldades na passagem pelas praças de pedágio.

e) As tags deverão possuir cobertura mínima em todas as rodovias pedagiadas do Estado de São Paulo, bem como nas rodovias pedagiadas integrantes do trajeto usual entre Marília/SP e Brasília/DF.

f) A execução do serviço deverá observar as normas aplicáveis da ARTESP, da ANTT e dos demais órgãos reguladores competentes, especialmente quanto à utilização de dispositivos eletrônicos de identificação veicular, funcionamento das pistas automáticas e regras de cobrança de pedágio.

g) A contratada deverá adotar as providências necessárias, no âmbito de seu sistema e de sua atuação operacional, para possibilitar a vinculação das isenções de pedágio concedidas aos veículos oficiais da Câmara Municipal de Marília, prestando o suporte necessário à Administração nas tratativas relacionadas ao reconhecimento do benefício junto às concessionárias e à ARTESP, de modo a evitar cobranças indevidas nas passagens eletrônicas quando o veículo estiver abrangido pela isenção.

h) As tags deverão permitir a identificação automática dos veículos oficiais nas praças de pedágio, possibilitando o registro das passagens realizadas e a utilização do benefício de isenção quando cabível.





# *Câmara Municipal de Marília*

## *Estado de São Paulo*

- i) O uso das tags ficará restrito exclusivamente às passagens em pedágios, sendo vedada sua utilização para estacionamento, abastecimentos, compras, serviços acessórios ou qualquer outra finalidade não prevista no objeto.
- j) A contratada deverá disponibilizar sistema, portal, relatório mensal ou outro meio equivalente que permita o acompanhamento das passagens realizadas, contendo, no mínimo, identificação individualizada por tag/veículo, placa, data, horário, praça de pedágio e eventual valor cobrado.
- k) A fatura referente às cobranças de pedágio deverá ser emitida na modalidade pós-paga, em intervalo mensal, contemplando apenas as passagens efetivamente registradas no respectivo período de apuração.
- l) A fatura, o relatório ou documento equivalente deverá permitir a diferenciação clara das utilizações por tag e por veículo, de modo a possibilitar a conferência individualizada pela Administração.
- m) O valor estimado para pagamento de pedágios será utilizado apenas conforme as passagens efetivamente realizadas e regularmente comprovadas, não constituindo obrigação de consumo integral pela Administração nem direito da contratada ao recebimento total da quantia prevista. Reforça-se tratar de valor meramente estimativo.
- n) Não será admitida a cobrança de taxa de adesão, instalação, habilitação, envio, substituição por defeito, troca de veículo vinculado ou qualquer outra despesa adicional não prevista expressamente na proposta e no contrato.
- o) Em caso de defeito, falha de funcionamento, perda de funcionalidade, troca de veículo, baixa patrimonial, renovação da frota ou inclusão de novo automóvel oficial, a contratada deverá viabilizar a substituição da tag ou a atualização do vínculo cadastral, conforme solicitação da Administração.
- p) A contratada deverá disponibilizar suporte técnico em horário comercial, por telefone, e-mail, plataforma eletrônica ou outro meio remoto, para solução de dúvidas, falhas de leitura, bloqueios, inconsistências de cobrança e demais ocorrências relacionadas ao uso das tags.
- q) A contratada deverá manter as tags ativas, regulares e aptas à utilização durante toda a vigência contratual, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.
- r) Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos produtos.

### **XV - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

- a) As despesas decorrentes desta licitação serão cobertas com os recursos provenientes da dotação: 3.3.90.39.99 – 01.031.0101.2.101 – Verba 8 – Subelemento 99 – Outros Serviços de Terceiros, Fonte Tesouro, conforme se verifica na Nota de Reserva sob nº 317/2026.

### **XVI - DA FORMA DE PAGAMENTO**

- a) O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias, contados da apresentação da nota fiscal/fatura, após comprovada a prestação efetiva do serviço, nos termos do



# *Câmara Municipal de Marília*

## *Estado de São Paulo*

inciso III, § 2º, do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, na Gerência de Administração e Informática da Câmara Municipal.

- b) A nota fiscal deverá ser encaminhada juntamente com os dados bancários da conta corrente Pessoa Jurídica, boleto bancário (descontada a retenção de IRRF, nos termos da IN RFB nº 1234/2012, quando aplicável) ou chave pix.
- c) A nota fiscal deverá ser enviada para o e-mail [adolfo@camar.sp.gov.br](mailto:adolfo@camar.sp.gov.br).
- d) As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada para devida correção, reiniciando-se a contagem dos dez dias de prazo para pagamento após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente corrigida. O pagamento será feito através da Gerência de Tesouraria da Câmara Municipal de Marília.

### **XVII - DA CONTRATAÇÃO**

#### **Art. 89 E SS.**

- a) A Câmara Municipal de Marília, em até **60 (sessenta) dias** após a homologação, convocará o vencedor desta licitação para que, em até **3 (três) dias úteis**, realize a assinatura de termo de contrato, cuja respectiva minuta constitui o **Anexo I** deste Edital.
- b) Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Fazenda Nacional (**Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativa a tributos federais dívida ativa da União, abrangendo inclusive os débitos previdenciários**) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- c) Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
- d) Quando a Adjudicatária deixar de comprovar a regularidade fiscal, ou, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular, ou se recusar a assinar o contrato, serão convocadas as demais licitantes classificadas nos termos dos parágrafos 2º e 4º do artigo nº 90 da Lei Federal nº 14.133/21.
- e) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, nos termos do parágrafo 5º do artigo nº 90 da Lei Federal nº 14.133/21.
- f) O contrato objeto desta licitação terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 10 anos, desde que comprovada a vantagem para a Administração, conforme art. nº 107 da Lei 14.133/21.



# *Câmara Municipal de Marília*

## *Estado de São Paulo*

- g) Havendo prorrogação de prazo do presente contrato, após 12 (doze) meses da data da assinatura, poderá ser reajustado pelo índice IPCA, mediante assinatura de termo aditivo.

### **XVIII - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

#### **ART. 155 E SS**

- a) **O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:**

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. praticar ato lesivo à Administração previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

- b) **Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:**

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

- c) **Na aplicação das sanções serão considerados:**

- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

- d) A sanção de **ADVERTÊNCIA** será aplicada exclusivamente pela infração administrativa em caso de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

- e) A sanção de **MULTA**, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas neste edital.



# *Câmara Municipal de Marília*

## *Estado de São Paulo*

- f) A sanção de **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas ii, iii, iv, v, vi e vii do item (a) da **Capítulo XVIII do Presente Edital - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- g) A sanção de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas viii, ix, x, xi e xii do item (a) da **Capítulo XVIII do Presente Edital - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES** bem como, pelas infrações administrativas previstas nas alíneas ii, iii, iv, v, vi e vii do item (a) do capítulo acima citado que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no Item (f), e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- h) A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será precedida de análise jurídica.
- i) As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa.
- j) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada de eventual garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- k) A aplicação das sanções previstas nesta seção não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- l) Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

### **XIX - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

#### **ART. 164 E SS**

- a) Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até **3 (três)** dias úteis antes da data da abertura do certame.
- b) A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- c) A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, via e-mail do pregoeiro constante no preâmbulo deste edital, ou qualquer outra plataforma de encaminhamento digital de documentos.
- d) As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



# *Câmara Municipal de Marília*

## *Estado de São Paulo*

- e) A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- f) Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **XX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- a) As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- b) À Câmara Municipal de Marília é reservado o direito de **REVOGAR**, **ADIAR** ou **PRORROGAR** a presente licitação, por razões de interesse público, antes de iniciada a execução do contrato, ou **ANULÁ-LA** por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, nos termos do artigo 71 c/c o artigo 149 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- c) Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.
- d) No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado no Termo de Julgamento e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.
- e) Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Marília.
- f) Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- g) Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- h) Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- i) O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- j) Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- k) O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal Transparência da Câmara Municipal de Marília: <https://www.marilia.sp.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos>.



# *Câmara Municipal de Marília*

## *Estado de São Paulo*

**Danilo Augusto Bigeschi**  
Presidente





# *Câmara Municipal de Marília*

## *Estado de São Paulo*

### ANEXO I

MINUTA DE CONTRATO Nº **XX/2026**  
PROCESSO Nº 22/2026 – EDITAL Nº 6/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2026

#### **CONTRATO PARA FORNECIMENTO, GERENCIAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DE TAGS DE PEDÁGIO, DESTINADAS AOS VEÍCULOS OFICIAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARÍLIA.**

##### **Das partes:**

Pelo presente instrumento, de um lado,

- I. **CÂMARA MUNICIPAL DE MARÍLIA**, inscrita no CNPJ sob nº 44.478.196/0001-08, neste ato representada por seu presidente Danilo Augusto Bigeschi, brasileiro, RG 27.688.183-7 SSP/SP e CPF 268.851.058-48, neste instrumento simplesmente denominado **CONTRATANTE**; e de outro lado,
- II. ..., CNPJ nº ..., localizada na Rua ..., na Cidade ..., estado de ..., aqui representada por ..., RG ... e CPF ..., neste instrumento simplesmente denominado **CONTRATADA**,

assinam as partes o presente Contrato para fornecimento, gerenciamento e operacionalização de tags de pedágio, destinadas aos veículos oficiais da Câmara Municipal de Marília, consoante as disposições expressas no Processo nº 22/2026 – Edital nº 6/2026 – Pregão Eletrônico nº 6/2026, tudo em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentada pelo Ato da Mesa nº 16/2023, bem como pela Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislação aplicável, sob as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

##### **ART. 92, I e II**

- a) O presente contrato tem por objeto o fornecimento, gerenciamento e operacionalização de tags de pedágio, destinadas aos veículos oficiais da Câmara Municipal de Marília, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
- b) Segue abaixo a PLANILHA com o objeto deste contrato, quantidades, marcas, preços unitários e totais.
- c) Vinculam esta contratação:
  - I. O Termo de Referência;
  - II. O Edital da Licitação;
  - III. A Proposta do contratado.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

##### **ART. 125**

- a) O contrato objeto desta licitação vigorará por 12 (doze) meses a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 10 (dez) anos, desde que comprovada a vantagem para a Administração, conforme art. nº 107 da Lei 14.133/21, podendo haver acréscimo ou supressão de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



# *Câmara Municipal de Marília*

## *Estado de São Paulo*

- b) Havendo prorrogação de prazo do presente contrato, após 12 (doze) meses da data da assinatura, poderá ser reajustado pelo índice IPCA, mediante assinatura de termo aditivo.
- c) A empresa contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

#### **ART. 92, IV, VII e XVIII**

- a) A contratada deverá fornecer as tags de pedágio à Câmara Municipal de Marília, na Avenida Bandeirantes, nº 25, Marília/SP, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato.
- b) O fornecimento inicial das tags poderá ocorrer em quantidade inferior ao total estimado, conforme a necessidade imediata da Câmara Municipal de Marília, permanecendo a contratada obrigada a fornecer novas tags sempre que solicitado pela Administração, também no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
- c) A contratada deverá providenciar a ativação das tags e a vinculação de cada dispositivo ao respectivo veículo oficial indicado pela Câmara Municipal de Marília.
- d) A contratada deverá prestar as orientações necessárias para a correta instalação e utilização das tags, de modo a evitar falhas de leitura, bloqueios, cobranças indevidas ou dificuldades na passagem pelas praças de pedágio.
- e) As tags deverão possuir cobertura mínima em todas as rodovias pedagiadas do Estado de São Paulo, bem como nas rodovias pedagiadas integrantes do trajeto usual entre Marília/SP e Brasília/DF.
- f) A execução do serviço deverá observar as normas aplicáveis da ARTESP, da ANTT e dos demais órgãos reguladores competentes, especialmente quanto à utilização de dispositivos eletrônicos de identificação veicular, funcionamento das pistas automáticas e regras de cobrança de pedágio.
- g) A contratada deverá adotar as providências necessárias, no âmbito de seu sistema e de sua atuação operacional, para possibilitar a vinculação das isenções de pedágio concedidas aos veículos oficiais da Câmara Municipal de Marília, prestando o suporte necessário à Administração nas tratativas relacionadas ao reconhecimento do benefício junto às concessionárias e à ARTESP, de modo a evitar cobranças indevidas nas passagens eletrônicas quando o veículo estiver abrangido pela isenção.
- h) As tags deverão permitir a identificação automática dos veículos oficiais nas praças de pedágio, possibilitando o registro das passagens realizadas e a utilização do benefício de isenção quando cabível.
- i) O uso das tags ficará restrito exclusivamente às passagens em pedágios, sendo vedada sua utilização para estacionamentos, abastecimentos, compras, serviços acessórios ou qualquer outra finalidade não prevista no objeto.
- j) A contratada deverá disponibilizar sistema, portal, relatório mensal ou outro meio equivalente que permita o acompanhamento das passagens realizadas, contendo, no mínimo, identificação individualizada por tag/veículo, placa, data, horário, praça de pedágio e eventual valor cobrado.



# *Câmara Municipal de Marília*

## *Estado de São Paulo*

- k) A fatura referente às cobranças de pedágio deverá ser emitida na modalidade pós-paga, em intervalo mensal, contemplando apenas as passagens efetivamente registradas no respectivo período de apuração.
- l) A fatura, o relatório ou documento equivalente deverá permitir a diferenciação clara das utilizações por tag e por veículo, de modo a possibilitar a conferência individualizada pela Administração.
- m) O valor estimado para pagamento de pedágios será utilizado apenas conforme as passagens efetivamente realizadas e regularmente comprovadas, não constituindo obrigação de consumo integral pela Administração nem direito da contratada ao recebimento total da quantia prevista. Reforça-se tratar de valor meramente estimativo.
- n) Não será admitida a cobrança de taxa de adesão, instalação, habilitação, envio, substituição por defeito, troca de veículo vinculado ou qualquer outra despesa adicional não prevista expressamente na proposta e no contrato.
- o) Em caso de defeito, falha de funcionamento, perda de funcionalidade, troca de veículo, baixa patrimonial, renovação da frota ou inclusão de novo automóvel oficial, a contratada deverá viabilizar a substituição da tag ou a atualização do vínculo cadastral, conforme solicitação da Administração.
- p) A contratada deverá disponibilizar suporte técnico em horário comercial, por telefone, e-mail, plataforma eletrônica ou outro meio remoto, para solução de dúvidas, falhas de leitura, bloqueios, inconsistências de cobrança e demais ocorrências relacionadas ao uso das tags.
- q) A contratada deverá manter as tags ativas, regulares e aptas à utilização durante toda a vigência contratual, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.
- r) Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos produtos.
- s) Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos produtos.
- t) A Fiscalização e a Gestão do contrato serão realizadas pelos servidores designados nos autos do processo em epígrafe.

### **CLÁUSULA QUARTA – VALOR**

- a) O presente contrato tem o valor mensal de R\$ ( ) e global de R\$ ( ).
- b) Os itens, quantidades, marcas, valores unitários e totais estão descritos na tabela que consta na alínea “b” da Cláusula Primeira.
- c) No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



# *Câmara Municipal de Marília*

## *Estado de São Paulo*

### **CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

#### **ART. 92, V e VI**

- a) O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias, contados da apresentação da nota fiscal/fatura, após comprovada a prestação efetiva do serviço, nos termos do inciso III, § 2º, do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, na Gerência de Administração e Informática da Câmara Municipal, a qual também emitirá o respectivo Termo de Recebimento Definitivo do Objeto ou Recibo.
- b) A nota fiscal/fatura deverá ser emitida mensalmente, na modalidade pós-paga, contemplando a mensalidade das tags efetivamente ativas no período e as tarifas de pedágio efetivamente registradas, quando houver.
- c) A fatura deverá estar acompanhada de relatório discriminado das passagens realizadas, contendo, no mínimo, identificação individualizada por tag/veículo, placa, data, horário, praça de pedágio e valor cobrado.
- d) A nota fiscal deverá ser encaminhada juntamente com os dados bancários da conta corrente Pessoa Jurídica, boleto bancário (descontada a retenção de IRRF, nos termos da IN RFB nº 1234/2012, quando aplicável) ou chave pix.
- e) A nota fiscal deverá ser enviada para o e-mail [adolfo@camar.sp.gov.br](mailto:adolfo@camar.sp.gov.br).
- f) As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada para devida correção, reiniciando-se a contagem dos dez dias de prazo para pagamento após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente corrigida. O pagamento será feito através da Gerência de Tesouraria da Câmara Municipal de Marília.

### **CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE**

#### **ART. 92, V**

- a) O critério de reajuste atenderá o disposto na Lei nº 14.133/2021, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data do **orçamento estimado**.
- b) O índice a ser adotado para o reajuste a que se refere o item anterior será o IPCA, admitindo-se, ainda, a livre negociação entre os contratantes, sempre no sentido de se obter preço mais vantajoso para a Administração, em atenção aos princípios da eficiência e da economicidade.
- c) O reajuste não se operará automaticamente e dependerá de solicitação expressa da **CONTRATADA**, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do termo final do período anual a que se refere o item “a”.
- d) Caso não seja observado o prazo fixado no subitem anterior, o reajuste somente surtirá efeitos a partir da data em que efetivamente for veiculado o requerimento à Câmara Municipal de Marília, por meio do e-mail [adolfo@camar.sp.gov.br](mailto:adolfo@camar.sp.gov.br) ou pessoalmente.
- e) Em qualquer hipótese, o reajuste será calculado considerando, no máximo, a variação do índice acumulado (IPCA) desde a data do orçamento estimado ou do último reajuste concedido.
- f) O interregno mínimo de 1 (um) ano, previsto no item “a” também se aplicará nos reajustes subsequentes ao primeiro ocorrido no contrato, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido.



# *Câmara Municipal de Marília*

## *Estado de São Paulo*

### **CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

#### **ART. 92, X, XI e XIV**

##### **São obrigações do Contratante:**

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.
- e) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.
- f) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.
- g) **Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio-econômico-financeiro feitos pelo contratado.**
- h) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

#### **ART. 92, XIV, XVI e XVII**

- a) O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- c) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.



# *Câmara Municipal de Marília*

## *Estado de São Paulo*

- f) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- g) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.
- h) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- i) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- j) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- k) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- l) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021 – **Equilíbrio Econômico Financeiro**.
- m) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.
- n) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato - **LGPD**.
- o) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

### **CLÁUSULA NONA – INFRAÇÕES E SANÇÕES**

#### **ART. 92, XIV**

Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, **garantida a prévia defesa**, aplicar ao Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) **O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:**





# *Câmara Municipal de Marília*

## *Estado de São Paulo*

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. praticar ato lesivo à Administração previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**b) Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:**

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**c) Na aplicação das sanções serão considerados:**

- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

d) A sanção de **ADVERTÊNCIA** será aplicada exclusivamente pela infração administrativa em caso de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

e) A sanção de **MULTA**, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas neste edital.

f) A sanção de **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas ii, iii, iv, v, vi e vii do **item (a) da Cláusula Nona do Presente Contrato - INFRAÇÕES E SANÇÕES**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

g) A sanção de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas viii, ix, x,



# *Câmara Municipal de Marília*

## *Estado de São Paulo*

xi e xii do item (a) da **Cláusula Nona do Presente Contrato - INFRAÇÕES E SANÇÕES** bem como, pelas infrações administrativas previstas nas alíneas ii, iii, iv, v, vi e vii do item (a) do capítulo acima citado que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no Item (f), e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

- h) A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será precedida de análise jurídica.
- i) As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa.
- j) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada de eventual garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- k) A aplicação das sanções previstas nesta seção não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- l) Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

### **CLÁUSULA DEZ – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

#### **ART. 92, XIX E 137 SS**

- a) O contrato se extingue na data do prazo fixado ou quando cumpridas as obrigações de ambas as partes.
- b) O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- c) Amigável por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Câmara Municipal de Marília.

### **CLÁUSULA ONZE – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- a) As despesas decorrentes desta licitação serão cobertas com os recursos provenientes da dotação: 3.3.90.39.99 – 01.031.0101.2.101 – Verba 8 – Subelemento 99 – Outros Serviços de Terceiros, Fonte Tesouro, conforme se verifica na Nota de Reserva sob nº 317/2026.

### **CLÁUSULA DOZE – DOS CASOS OMISSOS**

#### **ART. 92, III**

- a) Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



# *Câmara Municipal de Marília*

## *Estado de São Paulo*

### **CLÁUSULA TREZE – ALTERAÇÕES**

- a) Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos **arts. 124** e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- b) O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- c) Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por **SIMPLES APOSTILA**, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **CLÁUSULA QUATORZE - PUBLICAÇÃO**

#### **ART. 94**

- a) Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), 20 dias úteis, após a data de assinatura, na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c inciso 5º do artigo 54 do ato da mesa nº 16/2023.

### **CLÁUSULA QUINZE - FORO**

#### **ART. 92, §1º**

- a) Para dirimir eventuais dúvidas e litígios referentes ao presente contrato, elegem, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o foro da comarca de Marília, Estado de São Paulo, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Marília, XX de ..... de 2026.

**CONTRATANTE:**

**Danilo Augusto Bigeschi**

**CONTRATADA:**

**TESTEMUNHAS:**

### **ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)**

**CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE MARÍLIA**

**CONTRATADO: XXX**

**CONTRATO: XXX, de XX de XX de 2026**

**OBJETO: XXX**

**LEI FEDERAL 14.133/2021**



# *Câmara Municipal de Marília*

## *Estado de São Paulo*

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

### **1. Estamos CIENTES de que:**

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico.
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP.
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil.
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020.
- e) Nos termos da Resolução nº 21/2022, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, deverão estar cadastrados no CadTCESP os signatários do contrato. O cadastro deve ser realizado através deste [link](#).
- f) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

### **2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Marília, xx de xxx de 2026

#### **AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE**

Nome: Danilo Augusto Bigeschi  
Cargo: Presidente da Câmara Municipal de Marília  
CPF: 268.851.058-48

#### **RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE**

#### **PELO CONTRATANTE**

Nome: Danilo Augusto Bigeschi



# *Câmara Municipal de Marília*

## *Estado de São Paulo*

Cargo: Presidente da Câmara Municipal de Marília

CPF: 268.851.058-48

Assinatura: \_\_\_\_\_

### **PELA CONTRATADA**

Nome: xxx

Cargo: Representante Legal da Contratada

CPF: xxx

Assinatura: \_\_\_\_\_

### **ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE**

Nome: Danilo Augusto Bigeschi

Cargo: Presidente da Câmara Municipal de Marília

CPF: 268.851.058-48

Assinatura: \_\_\_\_\_

### **GESTOR DO CONTRATO**

Nome: xxx

Cargo: xxx

CPF: xxx

Assinatura: \_\_\_\_\_

### **FISCAL DO CONTRATO**

Nome: xxx

Cargo: xxx

CPF: xxx

Assinatura: \_\_\_\_\_

### **PROCURADOR JURÍDICO RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE JURÍDICA DO CONTRATO**

Nome: Daniel Alexandre Bueno

Cargo: Procurador Jurídico

CPF: 164.591.078-40

Assinatura: \_\_\_\_\_



# *Câmara Municipal de Marília*

## *Estado de São Paulo*

### ANEXO II

#### TERMO DE REFERÊNCIA

ART. 6º Da Lei Federal nº 14.133/2021

#### **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO, GERENCIAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DE TAGS DE PEDÁGIO, DESTINADAS AOS VEÍCULOS OFICIAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARÍLIA**

**A) Definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação**

A presente contratação tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento, gerenciamento e operacionalização de tags de pedágio para os veículos oficiais da Câmara Municipal de Marília, incluindo a disponibilização dos dispositivos eletrônicos de identificação veicular, ativação, suporte técnico, controle das passagens realizadas e emissão de relatórios de utilização, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

A contratação será realizada em grupo único, composto por 2 (dois) itens, sendo o primeiro referente à mensalidade pelo fornecimento e gerenciamento das tags de pedágio e o segundo referente ao valor estimado para pagamento das tarifas de pedágio efetivamente utilizadas durante a execução contratual.

GRUPO 1			
Item	Descrição	Qtd	Unidade
1	Mensalidade pelo fornecimento, gerenciamento e operacionalização de tag de pedágio	96	UND
2	Pagamento de tarifas de Pedágio ( <b>VALOR FIXO – SEM DISPUTA</b> )	1	UND

Para o item 1, relativo às mensalidades das tags, estima-se a quantidade de 96 (noventa e seis) mensalidades, correspondente ao atendimento de 8 (oito) veículos pelo período de 12 (doze) meses, conforme memória de cálculo: 8 (oito) tags x 12 (doze) meses = 96 (noventa e seis) mensalidades.

Para o item 2, relativo às **tarifas de pedágio**, fica previsto o **valor fixo estimado de R\$ 18.600,00**, destinado exclusivamente ao pagamento das passagens efetivamente utilizadas pelos veículos oficiais da Câmara Municipal de Marília. **Este item não será objeto de disputa de preços**, pois as tarifas de pedágio são definidas pelas concessionárias e pelos atos regulatórios aplicáveis, servindo apenas para fins de previsão orçamentária e posterior pagamento conforme o uso real apurado.

Ressalta-se que o valor estimado para pagamento de pedágios **não constitui obrigação de consumo integral pela Administração**, tampouco direito subjetivo da contratada ao recebimento total da quantia prevista. O pagamento desta parcela ficará condicionado à efetiva utilização dos pedágios, à apresentação dos respectivos registros de passagem e à regular liquidação da despesa pela Administração.

O objeto possui natureza de serviço comum contínuo, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado.

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data indicada no instrumento contratual, podendo ser prorrogado sucessivamente, nos termos do art. 107





# *Câmara Municipal de Marília*

## *Estado de São Paulo*

da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade da prorrogação e a permanência da necessidade administrativa.

### **B) Fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas**

A contratação fundamenta-se na necessidade de adequar os veículos oficiais da Câmara Municipal de Marília à atual sistemática de utilização do benefício de isenção de pedágio, tendo em vista que a Administração atualmente utiliza cartões físicos de isenção, enquanto a regulamentação mais recente da ARTESP passou a disciplinar a vinculação do benefício ao sistema eletrônico de identificação veicular, por meio de tag ou TIV.

A Portaria ARTESP nº 56, atualizou os critérios de concessão, renovação, cancelamento e suspensão da isenção de pedágio nas rodovias concedidas à iniciativa privada no Estado de São Paulo, prevendo a necessidade de utilização de dispositivo eletrônico para viabilizar a vinculação do benefício nos sistemas eletrônicos existentes. Dessa forma, a permanência apenas no modelo de cartões físicos pode gerar dificuldades à utilização regular da isenção e comprometer a eficiência dos deslocamentos realizados com os veículos oficiais.

Além da adequação regulatória, a contratação busca assegurar maior controle administrativo sobre as passagens realizadas, especialmente quanto à identificação do veículo, data, horário, praça de pedágio e eventual valor cobrado. Essa forma de acompanhamento permite conferir as utilizações, identificar possíveis cobranças indevidas e organizar de maneira mais eficiente as despesas relacionadas aos deslocamentos institucionais.

A solução também atende à necessidade de maior fluidez nas viagens oficiais, reduzindo paradas em praças de pedágio e evitando procedimentos manuais que podem comprometer a regularidade dos deslocamentos.

### **C) Descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto**

A solução consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento, gerenciamento e operacionalização de tags de pedágio para os veículos oficiais da Câmara Municipal de Marília, abrangendo a disponibilização dos dispositivos eletrônicos de identificação veicular, a ativação, a vinculação aos veículos indicados pela Administração, o controle das passagens realizadas, a emissão de relatórios de utilização e a prestação de suporte técnico durante a execução contratual.

As tags deverão permitir a identificação automática dos veículos oficiais nas praças de pedágio, possibilitando a utilização do benefício de isenção nas hipóteses admitidas pela regulamentação aplicável e o registro das passagens eventualmente cobradas. A contratada deverá disponibilizar meio de acompanhamento que permita à Administração conferir, no mínimo, o veículo utilizado, a data, o horário, a praça de pedágio e o valor eventualmente lançado.

A solução deverá permitir a substituição da tag ou a alteração do veículo vinculado sempre que houver defeito, perda de funcionalidade, baixa patrimonial, renovação da frota, troca de veículo ou inclusão de novos automóveis oficiais, mediante solicitação da Administração e observadas as condições estabelecidas no contrato.



# *Câmara Municipal de Marília*

## *Estado de São Paulo*

O uso das tags deverá ser restrito exclusivamente às passagens em pedágios. Fica vedada a utilização dos dispositivos para estacionamento, abastecimentos, compras, serviços acessórios ou qualquer outra finalidade não prevista no objeto da contratação.

A contratação será estruturada em grupo único, composto por 2 (dois) itens: mensalidade pelo fornecimento e gerenciamento das tags e valor estimado para pagamento das tarifas de pedágio efetivamente utilizadas. O valor destinado aos pedágios possui natureza estimativa, não será objeto de disputa e somente será pago conforme o uso real, mediante apresentação dos registros correspondentes e regular conferência pela Administração.

Dessa forma, a solução atende à necessidade de adequação da frota oficial ao sistema eletrônico de pedágio, preservando o controle administrativo sobre as passagens realizadas e garantindo maior regularidade aos deslocamentos institucionais da Câmara Municipal de Marília.

### **D) Requisitos da contratação**

- I. **Estatuto ou Contrato Social** devidamente registrado na Junta Comercial;
- II. Prova de inscrição no **CNPJ** do Ministério da Fazenda;
- III. Certidão de regularidade de débito para com o **FGTS**;
- IV. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas **CNDT**;
- V. Certidão de regularidade de perante a **Fazenda Nacional, abrangendo inclusive os débitos previdenciários**; ou se for caso, a CND de **INSS**;
- VI. Certidão de regularidade de débito para com a **Fazenda Estadual**;
- VII. Certidão de regularidade de débito para com a **Fazenda Municipal**, mobiliário;
- VIII. Declaração via sistema de que não possui em seu quadro de funcionários **menores de dezoito anos** submetidos a trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e que não possui em seu quadro, menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos;
- IX. Declaração via sistema assegurando a **inexistência de impedimento** legal para licitar ou contratar com a Administração.

### **E) Modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento**

- a) A contratada deverá fornecer as tags de pedágio à Câmara Municipal de Marília, na Avenida Bandeirantes, nº 25, Marília/SP, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato.
- b) O fornecimento inicial das tags poderá ocorrer em quantidade inferior ao total estimado, conforme a necessidade imediata da Câmara Municipal de Marília, permanecendo a contratada obrigada a fornecer novas tags sempre que solicitado pela Administração, também no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
- c) A contratada deverá providenciar a ativação das tags e a vinculação de cada dispositivo ao respectivo veículo oficial indicado pela Câmara Municipal de Marília.
- d) A contratada deverá prestar as orientações necessárias para a correta instalação e utilização das tags, de modo a evitar falhas de leitura, bloqueios, cobranças indevidas ou dificuldades na passagem pelas praças de pedágio.



# *Câmara Municipal de Marília*

## *Estado de São Paulo*

- e) As tags deverão possuir cobertura mínima em todas as rodovias pedagiadas do Estado de São Paulo, bem como nas rodovias pedagiadas integrantes do trajeto usual entre Marília/SP e Brasília/DF.
- f) A execução do serviço deverá observar as normas aplicáveis da ARTESP, da ANTT e dos demais órgãos reguladores competentes, especialmente quanto à utilização de dispositivos eletrônicos de identificação veicular, funcionamento das pistas automáticas e regras de cobrança de pedágio.
- g) A contratada deverá adotar as providências necessárias, no âmbito de seu sistema e de sua atuação operacional, para possibilitar a vinculação das isenções de pedágio concedidas aos veículos oficiais da Câmara Municipal de Marília, prestando o suporte necessário à Administração nas tratativas relacionadas ao reconhecimento do benefício junto às concessionárias e à ARTESP, de modo a evitar cobranças indevidas nas passagens eletrônicas quando o veículo estiver abrangido pela isenção.
- h) As tags deverão permitir a identificação automática dos veículos oficiais nas praças de pedágio, possibilitando o registro das passagens realizadas e a utilização do benefício de isenção quando cabível.
- i) O uso das tags ficará restrito exclusivamente às passagens em pedágios, sendo vedada sua utilização para estacionamento, abastecimentos, compras, serviços acessórios ou qualquer outra finalidade não prevista no objeto.
- j) A contratada deverá disponibilizar sistema, portal, relatório mensal ou outro meio equivalente que permita o acompanhamento das passagens realizadas, contendo, no mínimo, identificação individualizada por tag/veículo, placa, data, horário, praça de pedágio e eventual valor cobrado.
- k) A fatura referente às cobranças de pedágio deverá ser emitida na modalidade pós-paga, em intervalo mensal, contemplando apenas as passagens efetivamente registradas no respectivo período de apuração.
- l) A fatura, o relatório ou documento equivalente deverá permitir a diferenciação clara das utilizações por tag e por veículo, de modo a possibilitar a conferência individualizada pela Administração.
- m) O valor estimado para pagamento de pedágios será utilizado apenas conforme as passagens efetivamente realizadas e regularmente comprovadas, não constituindo obrigação de consumo integral pela Administração nem direito da contratada ao recebimento total da quantia prevista. Reforça-se tratar de valor meramente estimativo.
- n) Não será admitida a cobrança de taxa de adesão, instalação, habilitação, envio, substituição por defeito, troca de veículo vinculado ou qualquer outra despesa adicional não prevista expressamente na proposta e no contrato.
- o) Em caso de defeito, falha de funcionamento, perda de funcionalidade, troca de veículo, baixa patrimonial, renovação da frota ou inclusão de novo automóvel oficial, a contratada deverá viabilizar a substituição da tag ou a atualização do vínculo cadastral, conforme solicitação da Administração.
- p) A contratada deverá disponibilizar suporte técnico em horário comercial, por telefone, e-mail, plataforma eletrônica ou outro meio remoto, para solução de



# *Câmara Municipal de Marília*

## *Estado de São Paulo*

dúvidas, falhas de leitura, bloqueios, inconsistências de cobrança e demais ocorrências relacionadas ao uso das tags.

- q) A contratada deverá manter as tags ativas, regulares e aptas à utilização durante toda a vigência contratual, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.
- r) Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos produtos.

### **F) Modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade**

- a) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021.
- b) A Gestão do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo das expedições de requisições de pedidos, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração, nos termos do artigo 63 e seguintes do Ato da Mesa 16/2023.
- c) A Gerência de Administração e Informática adotará as medidas cabíveis, após a comunicação das ocorrências apresentadas pelo Fiscal do Contrato, quando estas demandarem decisões ou providências que ultrapassem sua competência, nos termos do Parágrafo 2º do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **G) Critérios de medição e de pagamento**

- a) O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias, contados da apresentação da nota fiscal/fatura, nos termos do inciso III, § 2º, do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, na Gerência de Administração e Informática da Câmara Municipal.
- b) A nota fiscal deverá ser encaminhada juntamente com os dados bancários da conta corrente Pessoa Jurídica, boleto bancário (descontada a retenção de IRRF, nos termos da IN RFB nº 1234/2012, quando aplicável) ou chave pix.
- c) A nota fiscal deverá ser enviada para o e-mail [adolfo@camar.sp.gov.br](mailto:adolfo@camar.sp.gov.br).
- d) As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada para devida correção, reiniciando-se a contagem dos dez dias de prazo para pagamento após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente corrigida. O pagamento será feito através da Gerência de Tesouraria da Câmara Municipal de Marília.

### **H) Forma e critérios de seleção do fornecedor**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão eletrônico, com adoção do critério de julgamento **MENOR PREÇO POR GRUPO**.



# *Câmara Municipal de Marília*

## *Estado de São Paulo*

**I) Estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado**

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada em contratações públicas similares, considerando o valor mensal cobrado pelo fornecimento e gerenciamento de tags de pedágio, bem como a estimativa dos valores necessários ao pagamento das tarifas de pedágio efetivamente utilizadas pelos veículos oficiais da Câmara Municipal de Marília durante a execução contratual.

Item	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado
1	Mensalidade pelo fornecimento, gerenciamento e operacionalização de tag de pedágio	96 mensalidades	R\$ 30,47	R\$ 2.925,12
2	Pagamento de tarifas de Pedágio (VALOR FIXO – SEM DISPUTA)	1	R\$ 18.600,00	R\$ 18.600,00
<b>TOTAL GERAL</b>				<b>R\$ 21.525,12</b>

### **J) Adequação orçamentária**

A despesa referente a execução do contrato a ser lavrado está contemplada nos Anexos II, VI, VII, VIII e IX da Lei nº 9.412, de 30 de dezembro de 2025, que fixa o orçamento para o presente exercício e estima as despesas das Câmara Municipal de Marília. Portanto, está adequada e compatível com a Lei Orçamentária anual e abrangida pelos os recursos provenientes da dotação: 3.3.90.39.99 – 01.031.0101.2.101 – Verba 8 – Subelemento 99 – Outros Serviços de Terceiros, Fonte Tesouro, conforme se verifica na Nota de Reserva sob nº 317/2026, no valor global de R\$ 21.525,12.

A despesa em tela é compatível também com o Plano Plurianual (Lei nº 9.387/2025) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 9.286/2025), ambas orientando a elaboração do orçamento geral fixado pela Lei Municipal nº 9.412, de 30 de dezembro de 2025.

**Adolfo Moraes Carvalho**  
Gerente de Administração e Informática